

NOTAS SOBRE OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS NA AGRICULTURA BRASILEIRA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1979 (CONCLUSÃO)*



Conseqüências sociais da seca no Nordeste - 4

SEBASTIANA RODRIGUES DE BRITO
LUIZ SÉRGIO PIRES GUIMARAES

TENDO neste último semestre novamente se repetido o fenômeno da seca em vastas áreas do sertão nordestino, tem-se como objetivo neste trabalho estabelecer algumas considerações relativas às conseqüências sociais que o mesmo trouxe, de forma particular, a determinados segmentos da população rural dessa região. Para tanto procura-se aqui analisar o recente plano de assistência aos flagelados, elaborado pela SUDENE, e a aplicabilidade do mesmo, tendo em vista certas características da área, quais sejam a estrutura fundiária, a condição do produtor e a distribuição dos municípios abrangidos pela última estiagem.

O total dessas áreas atingidas corresponde a grande extensões do chamado polígono das secas, abrangendo diversos municípios dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, onde cerca de 500 mil pessoas encontram-se na dependência direta dos planos assistenciais elaborados pela SUDENE.

Considerando que grande parte das áreas desses estados vem sendo afetadas, desde muitas décadas, por secas prolongadas ou setORIZADAS, cujos efeitos se fazem ressentir sobre a organização econômica e social da região, o desequilíbrio pluviométrico atual torna-se um agravante dos problemas que têm reincidido nesse espaço.

-
- * O número anterior da *Revista Brasileira de Geografia* publicou três dos seis estudos produzidos na Divisão de Estudos Rurais (DEGEO/SUEGE/IBGE), e que compõem um painel analítico sobre os principais acontecimentos na agricultura brasileira no primeiro semestre de 1979. Neste número conclui-se a divulgação da matéria com a transcrição dos três documentos restantes: "Conseqüências sociais da seca no nordeste", "Cafecultura brasileira no 1.º semestre de 1979" e "Fechamento da safra nacional: o cacau".

No Nordeste, conhecido tradicionalmente como *região problema* no contexto geral do País, as medidas governamentais tomadas até então para o combate às secas não chegaram a resultados efetivos, uma vez que elas, geralmente, não têm se caracterizado por uma aplicação sistemática e adequada de recursos que permita uma solução definitiva do problema. “Apesar de o Nordeste contar atualmente com milhares de reservatórios públicos e de natureza particular, com uma capacidade da ordem de dezenas de bilhões de metros cúbicos de água armazenada, os efeitos esperados quanto à extensão maciça da área agricultável são ainda considerados pouco significativos em sua totalidade, o que equivale dizer que as políticas de combate às secas não conseguiram reverter os efeitos negativos sobre a região” (Lewin, H., 1976, p. 8). Vários fatores podem explicar as causas dos resultados pouco satisfatórios das políticas de irrigação e de combate às secas que foram adotadas no Nordeste, entre os quais aponta-se a ineficiência técnica das obras e seus altos custos de construção, a localização pouco apropriada dos reservatórios, que mais favoreciam os grandes fazendeiros pecuaristas que os pequenos proprietários, a rigidez do sistema fundiário que impossibilitou a redistribuição das terras em lotes para a exploração racional em termos de economia familiar, a organização do trabalho baseada grandemente na parceria e arrendamento e, finalmente, outros obstáculos podem ainda ser apontados como os de ordem cultural, política e psicológica (Lewin, *op. cit.*, p. 8-9).

Não cabe aqui uma análise detalhada desses fatores, uma vez que foi proposto apenas a consideração da recente crise que vem atingindo parte do Nordeste, de suas conseqüências sociais e das possíveis repercussões das medidas que vêm sendo tomadas pelos poderes públicos. No entanto, deve-se levar em conta que tais fatores poderão ainda contribuir para minimizar os efeitos positivos da ação governamental nos dias atuais. Assim, o problema da concentração de terras ao lado de um processo constante de multiplicação de pequenos estabelecimentos continua como questão a ser resolvida e, como tal, vai ter repercussões sobre os efeitos das recentes medidas governamentais tomadas na região onde as conseqüências da estiagem se apresentaram em caráter mais grave.

Por outro lado, num sistema de organização da produção, onde o regime de exploração da terra é geralmente baseado nos pequenos estabelecimentos voltados para a lavoura de subsistência, ao lado de um pequeno número de grandes estabelecimentos destinados sobretudo à pecuária, o modo de exploração da força de trabalho está estreitamente vinculado às necessidades da produção, o que, no caso da área do Nordeste em estudo, vai explicar a persistência de grande contingente de mão-de-obra de tipo familiar, ao lado de números mais reduzidos de parceiros e arrendatários, além das categorias de trabalhadores assalariados.

A análise de alguns desses aspectos da estrutura de distribuição das terras e da organização da produção é pertinente na atual conjuntura, tendo em vista as novas modalidades das políticas assistenciais estabelecidas para a área. Se nas secas passadas as alternativas apresentadas à população flagelada se situavam nas possibilidades de seu remanejamento para outras áreas, através das *frentes de trabalho* que eram criadas na região ou fora dela, no presente o governo procura manter a mão-de-obra não apenas nos seus próprios limites territoriais mas também dentro do próprio limite das propriedades rurais. Esse plano de emergência busca, pois, não apenas a canalização de recursos para dinamizar um programa de obras públicas mas também destina

fundos para um programa especial de assistência às propriedades, com o objetivo de fixar a população na sua sede de habitação em propriedades grandes, médias e pequenas.

Se o programa de assistência às propriedades prevê como meta principal a fixação da mão-de-obra nos próprios locais de trabalho, convém, pois, estabelecer um quadro geral, com base no último censo agropecuário (1975), sobre a situação da distribuição das terras e a condição do produtor, com o objetivo de verificar quais seriam os efeitos possíveis da aplicação do referido plano.

A) *Estrutura fundiária e condição do produtor*

As áreas agrícolas dos municípios dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco que foram atingidas pela última seca se caracterizam por uma estrutura fundiária extremamente desigual¹ onde, ao lado de grandes estabelecimentos que ocupam vastas áreas, coexistem, preponderantemente, em alto número, pequenos estabelecimentos concentrados em exíguas porções de terras (quadros 1 e 2). Essa desigualdade persiste em toda a região crítica que, estendendo-se numa área de mais de 7.091 mil hectares, e contando com cerca de 146 mil estabelecimentos agrícolas, têm 91,0% destes com menos de 100 hectares, ocupando apenas 27,1% da área total, enquanto os grandes estabelecimentos, perfazendo somente 9,1% no total, ocupam mais de 72% da área.

Ao se analisar os dados referentes à estrutura fundiária em confrontação com os relativos à condição dos produtores e da área de lavoura, segundo o tamanho dos estabelecimentos rurais, pode-se compreender melhor as formas de atividade agrícola predominantes na região.

No que se refere à condição dos produtores, verifica-se que existe na área em estudo grande número de estabelecimento explorados diretamente por proprietários e por ocupantes, e que é reduzido o número daqueles que são explorados por parceiros e arrendatários (quadro 3). Do total de estabelecimentos constata-se que 56,1% são explorados por proprietários, 21,6% por ocupantes, 16,2% por parceiros e 6,1% por arrendatários. Embora não se possa obter o percentual dos estabelecimentos explorados por proprietários, segundo as classes de tamanho, pode-se concluir, através da comparação dos dados relativos ao total de estabelecimentos explorados por proprietários com aqueles referentes à estrutura fundiária da região, que nesta predominam sobretudo os proprietários de estabelecimentos pequenos e muito pequenos. É principalmente nestas pequenas unidades de produção, independentemente da condição de seus produtores, onde se localizam as áreas de lavoura dessa região.

Verificando-se os dados relativos às áreas de lavouras segundo o tamanho dos estabelecimentos, constata-se que, do total de estabelecimentos agrícolas existentes na região considerada, 143 mil possuem áreas de lavouras. Deste total de estabelecimento, 83,5% têm menos de 10 ha, 15,8% de 10 ha a 100 ha, 0,7% de 100 a 500 ha e 0,06% de 500 ha e mais. Assim, a partir destes dados, pode-se concluir que a lavoura é, nesta região, praticada sobretudo em propriedades muito pequenas onde geralmente predominam métodos tradicionais de produção sob a forma de trabalho familiar.

¹ A delimitação dos municípios atingidos pela última seca foi feita a partir da área identificada no estudo sobre Interferências Climáticas nas Atividades Agrícolas no primeiro semestre de 1979, elaborado por UNE, Mitiko Y.

QUADRO 1

Estabelecimento com área de lavouras, segundo a região das secas nos estados

ESTADOS	TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS	ÁREA DE LAVOURA							
		Com menos de 10 ha	%	De 10 ha a 100 ha	%	100 ha a 500 ha	%	500 ha e mais	%
Paraíba.....	22.301	19.145	85,85	2.987	13,39	152	0,68	17	0,08
Pernambuco.....	12.189	10.887	89,32	1.268	10,40	33	0,27	1	0,01
Rio Grande do Norte.....	21.593	16.825	77,92	4.404	20,40	338	1,57	26	0,52
Ceará.....	49.235	37.273	75,70	11.422	23,20	502	1,02	38	0,08
Piauí.....	38.575	35.979	93,27	2.577	6,68	18	0,05	1	0,00
Total.....	143.893	120.109	83,47	22.658	15,74	1.043	0,73	83	0,06

FORNTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário 1975 — Paraíba, Pernambuco, R. G. Norte, Ceará e Piauí — IBGE

QUADRO 2

Grupos de área total dos estabelecimentos, segundo a região das secas nos estados

ESTADOS	TOTAIS DOS ESTABELECIMENTOS		ESTABELECIMENTOS ATÉ MENOS DE 10 ha				ESTABELECIMENTOS DE 10 A MENOS DE 100 ha				ESTABELECIMENTOS DE 100 A 1000 ha				ESTABELECIMENTOS DE 1000 ha E MAIS			
	Quantidade	Área (ha)	Quantidade		Área		Quantidade		Área		Quantidade		Área		Quantidade		Área	
			Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total	Números absolutos	% sobre o total		
Ceará.....	50 657	3 276 481	21 456	42,36	90 762	2,77	22 649	44,71	752 178	22,96	6 168	12,18	1 558 782	47,57	337	0,67	778 643	23,76
Paraíba.....	22 763	892 101	13 821	60,72	46 708	5,24	7 243	31,82	223 159	25,01	1 571	6,90	406 132	45,53	128	0,56	245 105	27,48
Piauí.....	39 977	1 377 041	28 449	71,16	62 987	4,57	3 754	21,90	309 529	22,48	2 492	6,23	610 704	44,35	159	0,40	388 605	28,22
Pernambuco.....	12 240	190 293	8 220	67,16	31 745	16,68	3 792	30,98	98 893	51,97	218	1,78	44 025	23,14	10	0,08	15 630	8,21
Rio Grande do Norte..	21 485	1 386 860	11 445	53,27	41 951	3,02	7 793	36,27	252 297	18,19	2 015	9,38	549 181	33,60	215	1,00	543 772	39,21
TOTAL.....	147 122	7 122 776	83 391	56,68	274 153	3,84	50 231	34,14	1 636 056	22,97	12 464	8,47	3 168 824	44,49	849	0,58	1 971 755	27,68

FORNTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário, 1975 — IBGE.

De um modo geral, nas grandes propriedades a atividade predominante é a pecuária. O fato de a pecuária ser a atividade principal das grandes propriedades tem ocasionado transformações na posse da terra e no emprego rural (Sampaio, Yony 1978), uma vez que esta atividade não só demanda pouca mão-de-obra como também é praticada de forma extensiva, necessitando, portanto, de vastas áreas. Isto tem ocasionado uma diminuição, em números absolutos, da mão-de-obra nas grandes propriedades e, conseqüentemente, um aumento do número de pequenos estabelecimentos. A multiplicação desta categoria de estabelecimentos se dá pelo fato de a mão-de-obra que não consegue mais se ocupar nas grandes propriedades rurais tender, em sua maioria, a se situar na periferia destas, em pequenas unidades produtivas, seja como proprietário seja como ocupante onde, em regime de trabalho familiar, se dedica a uma agricultura de subsistência.

Ao aumento do trabalho familiar tem correspondido não só uma diminuição da força de trabalho assalariada temporária e permanente, parceiros e moradores (Sampaio, Yony, 1978), mas também uma transformação na natureza de algumas formas de emprego de mão-de-obra.

A parceria torna-se, em grande parte, uma atividade temporária. De modo geral, em áreas de pecuária os pastos são formados por trabalhadores que são contratados para utilizarem a terra durante um certo prazo em regime de parceria. Findo este, o parceiro vê-se obrigado a devolver a área que cultivou, plantada com capim. Este sistema, utilizado para a formação de pastos, faz com que grandes parcelas da população trabalhadora rural fique sujeita a uma atividade temporária que a obriga a se deslocar sempre para terras disponíveis e a abandoná-las novamente, após curto período de trabalho, para que sejam ocupadas por rebanhos de gado (Prado Junior., C., 1979, p. 213).

A incapacidade da grande propriedade rural em absorver a maior parte da força de trabalho da região, devido à natureza de sua produção e/ou aos métodos utilizados, tem assim compelido um grande contingente de mão-de-obra a se concentrar nos pequenos estabelecimentos que tendem a se multiplicar, seja pela sua subdivisão em unidades menores (na maioria das vezes) seja pela expansão da área que ocupam. Este segmento de trabalhadores rurais vê-se, assim, obrigado, para sobreviver, a se dedicar à prática da agricultura de subsistência e, ocasionalmente, dependendo de maior demanda de mão-de-obra nos grandes estabelecimentos, a prestar serviços nas grandes propriedades. Portanto, pode-se afirmar que "as produções de subsistência crescem de acordo com a população que a elas se dedica e com a área cultivada. Seu crescimento elevado pode ser explicado como decorrência da acentuada concentração da mão-de-obra agrícola que se verifica no âmbito dos minifúndios e da multiplicação acentuada do número desses estabelecimentos" (Sá Jr., Francisco, 1977, p. 91).

No Nordeste, de modo geral, e na área em estudo, de modo particular, tem havido, devido às formas que a produção assume, um crescimento do número de estabelecimentos de menor tamanho. Estes estabelecimentos caracterizam-se por produzir bens para autoconsumo, utilizar extensivamente a mão-de-obra titular e de sua família e recorrer raramente ao emprego da mão-de-obra alugada, utilizar técnicas consideradas tradicionais, com virtual ausência de mecanização e fertilização, prover baixos níveis de renda para os camponeses e suas famílias (Fiorentino, R., 1977, p. 382) e serem responsáveis pela quase totalidade das produções de lavouras. Como nestas áreas predominam técnicas

agrícolas tradicionais, que não empregam processos de preservação dos solos, são os pequenos estabelecimentos os mais atingidos em épocas de secas.

O binômio minifúndio-latifúndio não só se mantém como tende a se ampliar, devido à existência de uma relação funcional entre pequenos e grandes estabelecimentos. "Os primeiros fornecem aos segundos trabalho familiar excedente a baixo custo, e são, amiúde, o pretexto para medidas de política agrária que favorecem, a longo prazo, os grandes estabelecimentos" (Fiorentino, R., 1977, p. 382). A lógica desta relação revela-se, inclusive e sobremaneira, nas épocas de secas, uma vez que nesses períodos as grandes propriedades, além de conseguirem subvenções oficiais para a melhoria de suas áreas em condições excepcionais, obtém também mão-de-obra a custo ainda mais baixo do que a conseguida em épocas de pluviosidade normal.

B) *Conseqüências sociais da última seca e políticas assistenciais adotadas*

Se na área em questão predominam, como foi visto anteriormente, os pequenos estabelecimentos, as conseqüências sociais mais graves da última estiagem incidiram sobre essas unidades de produção, que são as mais vulneráveis aos efeitos de fenômenos dessa ordem. Segundo informes dos diferentes meios de comunicação social e dos próprios órgãos oficiais (SUDENE e DNOCS), a quebra das safras de subsistência chegou a atingir 75% do total, e grande parte da mão-de-obra ligada sobretudo a essas atividades viu-se na contingência de abandonar as plantações e dirigir-se aos centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho. Também parte do contingente da força de trabalho dos médios e grandes estabelecimentos não deixou de sofrer as conseqüências trazidas pela ausência de chuvas, uma vez que as atividades dessas unidades de produção alteraram o seu ritmo, o que ocasionou uma queda de oferta de emprego.

A massa de desabrigados que se dirigiu para a cidade devido às situações precárias em que se encontrava ocasionou uma série de transtornos, uma vez que, premida pelas necessidades de alimentos, muitas vezes ameaçou e invadiu centros de fornecimentos de gêneros de primeira necessidade. Os poderes públicos, através de organismos específicos, visando a normalizar a situação, colaboraram e aplicaram uma série de medidas assistenciais a essas populações.

Esses planos, sob a coordenação da SUDENE, foram executados em diferentes níveis. A nível municipal muitas prefeituras planejaram aberturas de frentes de trabalho que visavam, por exemplo, à construção de calçamentos, arruamentos, construção de meio fios, de escolas rurais e grupos escolares. As diárias pagas aos trabalhadores para a execução dessas obras foram calculadas com base no salário mínimo regional. No âmbito estadual e federal a associação de esforços teve como objetivo principal a fixação do homem na propriedade, o que, segundo a SUDENE, evitaria os "deslocamentos de grandes massas de pessoas com problemas sociais e de saúde". Objetivando atingir esta meta, o plano assistencial básico subdividiu-se em duas linhas de ação. Uma parte dos recursos liberados pelo governo seria direcionada para o fortalecimento de programas que permitissem criar condições de prevenção, na região, contra as futuras estiagens. Entre estes incluem-se o aproveitamento de águas subterrâneas — perfuração, instalação, recuperação, operação e manutenção de poços públicos, promover a construção de pequenos e médios açudes — além de destinar recursos para reforçar o Projeto Sertanejo. Por outro lado, visando diretamente à fixação da população rural no

QUADRO 3

Condição do produtor como proprietário, parceiro, arrendatário e ocupante, segundo a região das secas nos estados

ESTADOS	TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS	CONDIÇÃO DO PRODUTOR							
		Proprietário	%	Parceiro	%	Arrendatário	%	Ocupante	%
Ceará.....	50.162	32.821	65,43	6.256	12,47	2.947	5,88	8.138	16,22
Paraíba.....	22.679	14.763	65,09	22.283	10,07	719	3,18	4.914	21,66
Piauí.....	39.970	13.851	34,65	12.800	32,02	3.476	8,69	9.843	24,62
Pernambuco.....	12.134	8.611	70,96	864	7,12	95	0,79	2.564	21,13
Rio Grande do Norte.....	22.272	12.501	56,12	1.657	7,43	1.805	8,10	6.309	28,32
Total.....	147.217	82.547	56,07	23.860	16,21	9.042	6,14	31.768	21,58

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário 1975 — Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco e R. G. Norte — IBGE

QUADRO 4

Programa de emergência em desenvolvimento — quadro resumo da situação atual da seca do Nordeste — 23/05/79

ESTADO	MUNICÍPIOS		PROPRIEDADES RURAIS BENEFICIADAS	MÃO-DE-OBRA OCUPADA 1	CONVÊNIO CELEBRADOS SUDENE 2	RECURSOS PREVISTOS Cr\$ MILHÕES	RECURSOS LIBERADOS Cr\$ MILHÕES	DISPÊNDIO MENSAL ESTIMADO Cr\$ MILHÕES 3
	Afetado	Atendido						
Piauí.....	35	32	2.410	24.047	Gov. Estado DNOCS I Grup. Eng. Exército	90.000	35.000	40.000
Ceará.....	75	57	20.669	184.976	Gov. Estado DNOCS I Grup. Eng. Exército	320.000	182.000	304.000
Rio Grande do Norte.....	85	85	12.195	101.013	Gov. Estado DNOCS	250.000	120.000	166.000
Pernambuco.....	11	11	7.082	15.438	Gov. Estado	38.400	10.000	25.000
Total.....	241	220	47.786	366.879	—	893.400	312.000	603.000

1 — Remuneração igual ao salário mínimo da região

2 — Os convênios têm como objetivos a execução de serviços básicos nas propriedades rurais e obras públicas diversas

3 — Nos dispêndios mensais não estão computadas as taxas de administração e uso do equipamento e pessoal de operação etc.

FONTE: SUDENE/DNOCS

campo, promoveu-se a canalização de recursos para as propriedades agrícolas, que teriam, assim, meios para criar melhorias nas próprias fazendas, utilizando a mão-de-obra liberada da agricultura e pecuária.

O plano básico de assistência às propriedades estabeleceu alguns critérios para a liberalização de recursos, entre os quais a destinação de fundos segundo o tamanho dos estabelecimentos. Para as propriedades de até 100 hectares o financiamento seria destinado à absorção dos trabalhadores a *fundo perdido*, que receberiam diárias com base no salário mínimo regional. Já as propriedades médias, de 100 a 500 hectares, receberiam 70% do financiamento a *fundo perdido*, e os 30% restantes seriam pagos em 12 anos, sem correção monetária e a juros de 7% ao ano. Quanto às propriedades de mais de 500 hectares, receberiam 50% do financiamento a *fundo perdido*, e os 50% restantes seriam pagos nas mesmas condições estabelecidas para os médios proprietários.

Para o recebimento desses financiamentos o plano exigia que os proprietários apresentassem um projeto de trabalho a ser executado nas áreas de suas fazendas, que previsse a construção de benfeitorias tais como cercas, açudes, barragens ou estradas, com a finalidade de absorver a mão-de-obra ociosa.

Considerando os propósitos estabelecidos por este programa de emergência com os resultados divulgados pelas entidades responsáveis pela execução do mesmo, constata-se que as metas estabelecidas não foram cumpridas na totalidade da área (quadro 4). Se em 1975, segundo informações do censo, em apenas 93 municípios da área atingida pela atual seca havia 147.122 estabelecimentos agrícolas, no quadro apresentado pela SUDENE, num total de 241 municípios, só foram beneficiadas 47.776 propriedades rurais. Por outro lado, em termos de pessoal ocupado na agricultura, enquanto em 1975 o censo agropecuário acusava um total de 565.186 trabalhadores, distribuídos entre aqueles 93 municípios, na crise atual o programa de emergência conseguiu empregar apenas 366.879 trabalhadores rurais nas 47.776 propriedades beneficiadas. Verifica-se também que os convênios celebrados entre a SUDENE, DNOCS e os governos estaduais para a execução dos serviços básicos nas propriedades rurais e obras públicas não puderam contar com os recursos previstos inicialmente. Assim, de um total de 893 milhões de cruzeiros previstos para a execução dessas atividades, apenas 312 milhões de cruzeiros foram liberados, o que demonstra que apenas uma pequena parte das propriedades obteve o financiamento de que necessitava para ser aplicado em suas terras.

Outra consideração a ser feita em relação à viabilidade das medidas adotadas pelos órgãos oficiais diz respeito ao fato de o atendimento previsto visar apenas aos estabelecimentos dirigidos por proprietários rurais. Se na região, embora esta categoria seja majoritária, não são pouco significativas as categorias de ocupantes, arrendatários e parceiros que, juntos, perfazem 43,4% dos produtores locais. Em condições de normalidade climática, essas categorias de produtores já são, muitas vezes, as mais carentes de recursos básicos para o desenvolvimento das atividades agrícolas em seus estabelecimentos, sobretudo por não deterem a posse legal das terras que exploram. Em situações de crise suas condições tendem a se deteriorar de forma ainda mais grave, uma vez que são excluídas dos planos assistenciais que prevêm apenas atendimento aos proprietários.

Se, por um lado, o critério de distribuição do financiamento foi seletivo, tendo em vista o atendimento exclusivo aos proprietários, por outro, pode-se também questionar o próprio processo de recrutamento

da mão-de-obra que seria empregada nos estabelecimentos dirigidos por proprietários. Se o objetivo principal era a retenção dessa mão-de-obra nas propriedades, e se na região da seca predominam os pequenos estabelecimentos (91,0% dos estabelecimentos têm menos de 100 ha), pergunta-se, então, quais seriam os elementos que comporiam a força de trabalho para a execução de obras nessas pequenas propriedades. Sabe-se que nessas unidades de produção o produtor utiliza extensivamente a mão-de-obra titular e de sua família e, raramente, contrata trabalhadores para a prestação de serviços. Resta saber se seriam os parceiros, arrendatários e ocupantes que iriam se empregar provisoriamente nessas pequenas propriedades ou nas grandes e, nesse caso, o problema da organização do trabalho na região persistirá após a vigência do plano assistencial, tendo em vista a situação instável dessas categorias de trabalhadores. Finalmente, outra questão ainda permanece, quando se sabe que os pequenos produtores, dedicando-se à produção para autoconsumo com base em técnicas tradicionais, tendem a complementar seus baixos rendimentos através da prestação de serviços nas grandes propriedades. Nesse caso, em época de crises, como a da estiagem, seriam necessariamente obrigados a trabalhar em outros estabelecimentos, tendo em vista que a sua situação sócio-econômica se agrava nesses períodos.

Em síntese, verifica-se que na situação de emergência atual os grandes proprietários são os mais beneficiados pelos programas assistenciais que podem, assim, criar melhorias em seus estabelecimentos, com efeitos positivos a longo prazo, enquanto as outras categorias de produtores, devido às próprias circunstâncias em que se encontram, tendem a permanecer em seu estado de marginalidade crônica. O Nordeste seco necessita, mais que tudo, não de um programa de medidas de caráter ocasional mas de uma política sistemática e coerente que possa resolver os problemas das estiagens que vêm incidindo sobre as áreas do sertão, e que atue, conseqüentemente, sobre aqueles fatores que têm sido a causa dos resultados pouco satisfatórios das políticas de irrigação e de combate às secas que foram praticadas até então.

BIBLIOGRAFIA

- FIorentino, R., Uma visão geral dos problemas de emprego e renda no setor rural do nordeste brasileiro, em *Revista Econômica do Nordeste*, n.º 3, volume 8, julho/setembro-1977, Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- LEWIN, H., *Agricultura e Estado: Análise das Áreas Áridas*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1976.
- PRADO Jr., Caio, *A Questão Agrária no Brasil*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1979.
- SÁ, Jr., Francisco, O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência, em *Seleções CEBRAP*, n.º 1, São Paulo, 1977.
- SAMPAIO, Yony, A dinâmica populacional do Nordeste e a questão agrária, 1.º Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Campos do Jordão, 11 a 14 de outubro de 1978.